

# Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

**Informações contábeis intermediárias  
em 30 de setembro de 2018**

# Conteúdo

<b>Balanço patrimonial</b>	<b>3</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>4</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>5</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração do valor adicionado</b>	<b>8</b>
<b>Notas explicativas às informações contábeis intermediárias</b>	<b>9</b>

---

## Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

### Balancos Patrimoniais em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

Em milhares de Reais

Ativo	30/09/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de Caixa	1.056	9.235
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	159.291	111.275
Estoques	2.307	2.036
Tributos a recuperar	1.977	1.396
Ativo Fiscal	5.505	9.606
Créditos nas operações de aquisição de gás	20.786	32.922
Despesas antecipadas	328	346
	<u>191.250</u>	<u>166.817</u>
<b>Não circulante</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Tributos a recuperar	7.449	5.973
Bens da concessão indenizáveis	43.271	36.114
Imposto de renda e contribuição social diferidos	55.583	59.061
Depósitos judiciais	2.883	2.802
Créditos nas operações de aquisição de Gás	0	0
Despesas antecipadas	112	186
<b>Imobilizado</b>	2.415	2.985
<b>Intangível</b>	269.283	274.377
	<u>380.996</u>	<u>381.499</u>
<b>Total do ativo</b>	<u>572.245</u>	<u>548.316</u>

Passivo e patrimônio líquido	30/09/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	41.614	27.189
Impostos e contribuições a recolher	10.497	12.623
Salários, férias e encargos sociais a pagar	3.826	4.570
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	0	0
Outras contas a pagar	534	683
	<u>56.471</u>	<u>45.065</u>
<b>Não circulante</b>		
<b>Exigível a longo prazo</b>		
Provisão para contingências	11.629	11.714
Outras contas a pagar	443	766
	<u>12.072</u>	<u>12.480</u>
<b>Total do passivo</b>	<u>68.543</u>	<u>57.545</u>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital social	462.481	462.481
Reservas de lucros	41.222	28.290
	<u>503.703</u>	<u>490.771</u>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<u>503.703</u>	<u>490.771</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<u>572.245</u>	<u>548.316</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

### Demonstrações de resultados em 30 de setembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais

	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
<b>Receita líquida</b>				
Receita pela venda de gás e serviços prestados	120.945	307.911	104.453	267.777
Receita de construção de infraestrutura	9.910	15.179	6.348	15.821
	<u>130.854</u>	<u>323.090</u>	<u>110.801</u>	<u>283.598</u>
Custo das vendas de gás e serviços prestados	(101.629)	(254.080)	(80.985)	(213.410)
Custo de construção de infraestrutura	(9.910)	(15.179)	(6.348)	(15.821)
	<u>(111.539)</u>	<u>(269.259)</u>	<u>(87.333)</u>	<u>(229.231)</u>
<b>Lucro bruto</b>	<u>19.315</u>	<u>53.832</u>	<u>23.468</u>	<u>54.367</u>
<b>Despesas operacionais</b>				
Despesas comerciais	(2.935)	(7.738)	(2.469)	(6.848)
Despesas administrativas	(5.603)	(15.368)	(4.549)	(13.719)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	145	402	(90)	132
	<u>(8.393)</u>	<u>(22.704)</u>	<u>(7.108)</u>	<u>(20.435)</u>
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<u>10.922</u>	<u>31.128</u>	<u>16.361</u>	<u>33.932</u>
<b>Resultado financeiro</b>				
Despesas financeiras	(100)	(237)	(107)	(416)
Receitas financeiras	2.614	7.819	2.862	8.932
Variações monetárias e cambiais, líquidas	4.176	8.442	2.470	7.778
	<u>6.689</u>	<u>16.024</u>	<u>5.225</u>	<u>16.294</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<u>17.611</u>	<u>47.152</u>	<u>21.586</u>	<u>50.226</u>
Imposto de renda e contribuição social	(6.005)	(15.589)	(7.325)	(16.332)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u>11.607</u>	<u>31.562</u>	<u>14.260</u>	<u>33.894</u>
<b>Lucro básico e diluído por por ação - em reais</b>	<u>0,03</u>	<u>0,07</u>	<u>0,03</u>	<u>0,07</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

### Demonstração do resultado abrangente em 30 de setembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais

	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
<b>Resultado do exercício</b>	<u>11.607</u>	<u>31.562</u>	<u>14.260</u>	<u>33.894</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u>11.607</u>	<u>31.562</u>	<u>14.260</u>	<u>33.894</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 30 de setembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais

	Reserva de Lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos		
<b>Em 1º de dezembro de 2018</b>	462.481	9.659	18.631	-	490.771
Distribuição de dividendos do exercício anterior	-	-	(18.631)	-	(18.631)
Lucro líquido do período	-	-	-	31.562	31.562
<b>Em 30 de setembro de 2018</b>	<u>462.481</u>	<u>9.659</u>	<u>-</u>	<u>31.562</u>	<u>503.702</u>

	Reserva de Lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos		
<b>Em 1º de dezembro de 2017</b>	462.481	7.205	7.389	-	477.075
Distribuição de dividendos do exercício anterior	-	-	(7.389)	-	(7.389)
Lucro líquido do período	-	-	-	33.894	33.894
<b>Em 30 de setembro de 2017</b>	<u>462.481</u>	<u>7.205</u>	<u>-</u>	<u>33.894</u>	<u>503.580</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

### Demonstração dos fluxos de caixa em 30 de setembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	31.562	33.894
<b>Ajustes para conciliar o resultado com recursos gerados nas atividades operacionais</b>		
Depreciação e amortização	17.447	16.502
Remuneração sobre os bens da concessão indenizáveis	(3.761)	(2.815)
Constituição (reversão) da provisão para contingências	(85)	102
(Reversão) constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(257)	(359)
Perdas de créditos	47	
Valor justo - gás pago e não retirado	(3.981)	
Valor residual do ativo intangível baixado	0	
Imposto de renda e contribuição social correntes	12.112	12.472
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.478	3.860
	<u>56.564</u>	<u>63.656</u>
<b>(Aumento) diminuição nos ativos</b>		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(73.227)	(26.531)
Estoques	(271)	(212)
Impostos a recuperar	(505)	7.071
Outras contas a receber	92	97
Créditos nas operações de aquisição do gás	16.117	9.804
Depósitos judiciais	(81)	(20)
<b>Aumento (diminuição) nos passivos</b>		
Fornecedores	14.425	(2.314)
Salários e encargos sociais	(744)	196
Impostos e contribuições a recolher	(2.126)	4.849
Outras contas a pagar	436	534
Juros pagos - Atualização de dividendos	(484)	(745)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.562)	(11.334)
	<u>634</u>	<u>45.051</u>
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais</b>		
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de bens do intangível	(15.179)	(15.807)
Aplicação em recebíveis de ativos financeiros	246.265	237.497
Resgate em recebíveis de ativos financeiros	(220.844)	(236.891)
	<u>10.242</u>	<u>(15.201)</u>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(18.631)	(32.039)
Ingresso de financiamentos		822
Pagamento de financiamentos	(424)	(162)
	<u>(19.055)</u>	<u>(32.201)</u>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		
<b>Redução do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(8.180)</u>	<u>(2.351)</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	9.235	2.560
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>	1.056	1.031
<b>Redução do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(8.180)</u>	<u>(1.530)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

## Demonstrações do valor adicionado em 30 de setembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais

	30/09/2018	30/09/2017
<b>Receitas</b>		
Receita de venda de gás	406.473	349.445
Receita de construção	15.179	15.821
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	210	359
Outras (despesas) receitas	8.594	7.948
	<u>430.456</u>	<u>373.572</u>
<b>Custos e despesas</b>		
Custo do gás	(287.164)	(234.396)
Custo de construção	(15.179)	(15.821)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas	(14.654)	(14.609)
	<u>(316.997)</u>	<u>(264.826)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<u>113.459</u>	<u>108.746</u>
Depreciação e amortização	(17.447)	(16.502)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<u>96.012</u>	<u>92.244</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	7.819	8.932
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u>103.831</u>	<u>101.176</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal e encargos	15.016	15.285
Impostos, taxas e contribuições	54.878	49.123
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Despesas financeiras	237	416
Aluguéis	2.138	2.458
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		
Juros sobre capital próprio		
Lucros retidos	31.562	33.894
	<u>103.831</u>	<u>101.176</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



# Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

## 1 Contexto operacional

A Gas Brasileiro Distribuidora S.A. (a seguir designada como "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede social em Araraquara, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada, desde 29 de julho de 2011, pela Petrobras Gás S.A. - Gaspetro, que detém 100% do seu capital social.

A Companhia tem por objetivo preponderante a exploração, mediante concessão, dos serviços de distribuição de gás canalizado na área noroeste do Estado de São Paulo, abrangendo 375 municípios, para atendimento aos segmentos industrial, residencial, comercial, gás natural veicular, termogeração e cogeração, compreendendo também a realização de negócios relacionados ao seu objeto social.

O Contrato de Concessão outorga e regula a exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado na área noroeste do Estado de São Paulo e foi assinado em 10 de dezembro de 1999 entre o Poder Concedente (representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP) e a Companhia, com prazo de vigência de 30 anos, contados a partir da data de sua assinatura, com vencimento previsto para 9 de dezembro de 2029, podendo ser prorrogado por uma única vez por mais 20 anos, mediante requerimento da Companhia.

A ARSESP regula, controla e fiscaliza os serviços de distribuição de gás canalizado no Estado de São Paulo.

O respectivo contrato de concessão também determina que as tarifas praticadas pela Companhia devam ser reajustadas uma vez ao ano, no mês de dezembro, com o objetivo de realinhar o seu preço ao custo do gás e ajustar a margem de distribuição pela inflação.

Extraordinariamente, a ARSESP permite reajustar o custo de gás em período inferior a um ano, desde que determinados critérios sejam atingidos, em função da diferença entre o custo de gás contido na tarifa e aquele pago pela Companhia ao seu fornecedor (Deliberação ARSESP 308/2012). Ademais, quinquenalmente, através do processo de Revisão Tarifária, as margens tarifárias são realinhadas ao requerimento de ingressos, autorizados pelo Regulador, em função de projeções de custos e volumes para o quinquênio próximo.

Adicionalmente, o contrato de concessão determina que ao final do prazo da concessão, operar-se-á a reversão ao poder concedente dos bens e instalações vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devida, observados os valores contábeis e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado.

## **2 Base de preparação**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Para a elaboração dessas informações contábeis intermediárias foram utilizadas as mesmas políticas contábeis e base de preparação adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 e devem ser lidas em conjunto. As informações de notas explicativas que não sofreram alterações significativas com comparação a 31 de dezembro de 2017 não foram apresentadas integralmente nestas informações contábeis intermediárias.

## **3 Alterações em políticas contábeis adotadas pela Companhia**

Embora estas novas normas e alteração abaixo apliquem-se pela primeira vez em 2018, ela não têm um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras anuais da Companhia ou nestas demonstrações financeiras intermediárias. A natureza e o impacto de cada nova norma ou alteração estão descritas abaixo:

### **a. Pronunciamento Técnico CPC 47 (Receita de Contratos com Clientes) - IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers***

O Pronunciamento Técnico CPC 47(IFRS 15) estabelece um modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. Esse pronunciamento substituiu as orientações atuais de reconhecimento da receita presente no CPC 30 (R1) (IAS 18) - Receitas, CPC 17 (R1) (IAS 11) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, a partir de 1º de janeiro de 2018.

O princípio fundamental deste pronunciamento consiste em que a entidade deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens e serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- . Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente;
- . Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato;
- . Passo 3: Determinar o preço da transação;
- . Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato;
- . Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

De acordo com este Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

Neste sentido, a Companhia reconhece receitas oriundas principalmente das seguintes fontes:

- . Construção da infraestrutura para o Poder Concedente, conforme divulgado na nota explicativa nº 19.
- . Venda de gás canalizado, conforme divulgado na nota explicativa nº 19;
- . Prestação de serviços (taxa de religação), os quais são prestados conforme solicitado pelo consumidor;

Os administradores avaliaram a receita proveniente da construção da infraestrutura para o Poder Concedente, visto que se trata de requerimento contábil exigido pelo ICPC 01, a fim de expressar o reconhecimento da receita na proporção dos gastos incorridos e considerados recuperáveis junto ao Poder Concedente. A transferência do controle ocorre no momento da construção, a orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidenciação das receitas e dos custos de construção. Portanto, a companhia manterá o mesmo tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes.

Os administradores da Companhia também avaliaram as principais fontes de receita da entidade, conforme discriminado acima e entendem que as mesmas representam obrigações de desempenho distintas, os quais deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado. Portanto, a Companhia manterá o mesmo tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes.

**(i) Receitas e custos de construção**

A Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que as empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes, por isso é obrigatório registro das receitas e custos de construção.

A Companhia não tem a construção de gasodutos como atividade fim, nem auferir receitas com essa operação. Para viabilizar a distribuição de gás natural, a Companhia realiza licitações para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para a realização das obras. Desse modo, a construção da Rede de Distribuição de Gás Natural, para a Companhia, se apresenta integralmente como um custo de alocação de ativos para o cumprimento do contrato de concessão.

Assim, em virtude do descrito acima, a Companhia registra receita de construção, tendo como contrapartida custos de construção no mesmo valor.

**b. IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) - Pronunciamento Técnico CPC 48**

O Pronunciamento Técnico CPC 48(IFRS 19) estabelece princípios para os relatórios financeiros de ativos financeiros e passivos financeiros que envolvem três aspectos de

contabilização: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilidade de hedge.

**(i) Classificação e mensuração**

Com relação aos ativos financeiros e passivos financeiros, a classificação e mensuração continuam consistentes com CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39 - Financial Instruments - Recognition and Measurement).

**(ii) Perda por redução ao valor recuperável (“impairment”)**

O CPC 48 / IFRS 9 introduz um novo modelo de perda por redução ao valor recuperável (“impairment”), substituindo o modelo de perdas incorridas pelo modelo de perdas esperadas, demandando a constituição de uma provisão no reconhecimento inicial do ativo exposto ao risco de crédito.

A metodologia de apuração de provisão para perdas em contas a receber de clientes, adotada pela Companhia até 31 de dezembro de 2017, era o modelo de “aging list”, no qual a provisão era constituída com base na expectativa de perda de títulos em cobrança. Além disso, já está incluso na receita de venda do gás, conforme ultima revisão tarifária, um percentual regulatório a título de receitas irrecuperáveis (inadimplência).

Após a análise da Administração, concluiu-se que a metodologia já adotada pela Companhia, que considera as perdas estimadas na formação do preço de venda do gás, está aderente ao modelo de perdas esperada e, portanto, a adoção inicial do CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018 não apresentou impactos na mensuração da provisão para perdas em contas a receber de clientes.

**(iii) Contabilidade de hedge**

De acordo com o CPC 38 / IAS 39, todos os ganhos e perdas decorrentes das relações de hedge de fluxo de caixa da Companhia eram elegíveis a serem posteriormente reclassificados para o resultado. No entanto, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, os ganhos e perdas resultantes de hedge de fluxo de caixa das compras previstas de ativos não financeiros precisam ser incorporados aos valores contábeis iniciais dos ativos não financeiros.

Os efeitos desta norma não são aplicáveis, dado que a Companhia não possui contabilidade de hedge.

## **4 Gestão de risco financeiro**

### **4.1 Fatores de risco financeiro**

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

**a. Risco de crédito**

**b. Risco de liquidez**

**c. Risco da taxa de juros**

**d. Risco de mercado**

**a. *Risco de crédito***

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações

contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes.

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócio e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

A Companhia estabelece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas a serem incorridas com relação às contas a receber de clientes. A Companhia entende que tais provisões são suficientes para cobrir tais riscos.

**b. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco da Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha caixa suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Usualmente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de suas obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

<b>30/09/2018</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>1 - 2 anos</b>	<b>3 - 5 anos</b>
Fornecedores	41.614	41.614	-	-
Outras contas a pagar	977	534	317	126
	<u>42.591</u>	<u>42.148</u>	<u>317</u>	<u>126</u>
<b>31/12/2017</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>1 - 2 anos</b>	<b>3 - 5 anos</b>
Fornecedores	27.189	27.189	-	-
Outras contas a pagar	1.449	683	640	126
	<u>28.638</u>	<u>27.872</u>	<u>640</u>	<u>126</u>

**c. Risco da taxa de juros**

A Companhia possui aplicações financeiras indexadas à variação do CDI, expondo este ativo financeiro às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade a seguir:

Instrumentos	Exposição em 30/09/2018	Risco	Taxa de juros efetiva % a.a.	Cenários			
				Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>							
Recebíveis de ativos financeiros - Nota 6	95.352	CD I	4,81	6,01	954	7,22	1.907
					<u>954</u>		<u>1.907</u>

Instrumentos	Exposição em 30/09/2018	Risco	Taxa de juros efetiva % a.a.	Cenários			
				Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>							
Recebíveis de ativos financeiros - Nota 6	95.352	CD I	4,81	3,61	(954)	2,41	(1.907)
					<u>(954)</u>		<u>(1.907)</u>

**d. Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros possam vir a impactar nos negócios da Companhia. A Companhia tem atuação em 100% no mercado nacional, no entanto, as compras de gás sofrem alterações no preço de acordo com a variação cambial do dólar, essa variação da moeda estrangeira é absorvida pelo custo do gás a recuperar (ativo/passivo regulatório), os quais são repassados aos clientes periodicamente nas revisões tarifárias.

## 4.2 Gestão do capital

A política da Companhia privilegia uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credores e do mercado, acumulando caixa e equivalentes de caixa suficientes para a liquidação de suas obrigações de curto prazo. A eventual tomada de recursos de terceiros é considerada em cenários que esta seja a melhor opção para garantir o desenvolvimento futuro do negócio, conforme apresentado abaixo:

	30/09/2018	31/12/2017
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.056)	(9.235)
(-) Recebíveis de ativos financeiros - Nota 6	(95.352)	(60.170)
Outras contas a pagar ( <i>leasing</i> financeiro)	780	1.168
	<u>(95.628)</u>	<u>(68.237)</u>
(=) Caixa e equivalentes de caixa, líquidos		
	<u>(95.628)</u>	<u>(68.237)</u>
Total do patrimônio líquido	503.703	490.771
<i>Índice de alavancagem financeira</i>	-19%	-14%

## 4.3 Instrumentos financeiros por categoria

Os valores contábeis dos principais instrumentos financeiros não derivativos da Companhia em 30 de setembro de 2018, registrados nos ativos e passivos, classificados como empréstimos e recebíveis, mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros, respectivamente, estão apresentados no quadro a seguir:

	30/09/2018	31/12/2017
<b>Ativos</b>		
<b>Custo amortizado</b>		
Caixa e bancos (Nota 5)	1.056	9.235
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	63.939	51.105
Bens de concessão indenizáveis	43.271	36.114
Depósitos judiciais	2.883	2.802
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		
Recebíveis de ativos financeiros (Nota 6)	95.352	60.170
Créditos nas operações de aquisição de gás	20.786	32.922
<b>Passivos</b>		
<b>Custo amortizado</b>		
Outras contas a pagar	977	1.449
Fornecedores	41.614	27.189

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	<u>1.056</u>	<u>9.235</u>
	<u>1.056</u>	<u>9.235</u>

Refere-se substancialmente a saldo de conta-corrente em instituições financeiras.

## 6 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

### a. Composição

	30/09/2018	31/12/2017
Contas a receber de clientes	73.246	60.669
Recebíveis de ativos financeiros (*)	95.352	60.170
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(9.307)</u>	<u>(9.564)</u>
	<u>159.291</u>	<u>111.275</u>

(\*) Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "empréstimos e recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

### b. Aging-list

	30/09/2018	31/12/2017
A vencer	63.382	50.786
Vencidos até 60 dias	860	3.252
Vencidos de 61 até 180 dias	105	3.658
Vencidos de 181 até 360 dias	4.790	93
Vencidos a mais 360 dias	<u>4.108</u>	<u>2.879</u>
	<u>73.246</u>	<u>60.669</u>



### c. Movimentação da provisão de créditos de liquidação duvidosa

	30/09/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	(9.564)	(10.511)
Adições	(186)	(4.242)
Baixas	<u>443</u>	<u>5.189</u>
	<u>(9.307)</u>	<u>(9.564)</u>

## 7 Tributos a recuperar

	30/09/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	1.339	758
Programa de Integração Social (PIS)	114	114
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	<u>524</u>	<u>524</u>
	<u>1.977</u>	<u>1.396</u>
<b>Não circulante</b>		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	870	632
Programa de Integração Social (PIS)	1.174	953
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	<u>5.405</u>	<u>4.388</u>
	<u>7.449</u>	<u>5.973</u>
	<u>9.426</u>	<u>7.369</u>

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia possui valores de créditos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no montante de R\$ 2.209 (R\$ 1.390 em 31 de dezembro de 2017), gerados por compras do ativo para a construção da rede de distribuição de gás. Esses créditos estão sendo recuperados em observância à legislação vigente. A Companhia estima que a parcela de créditos classificados no não circulante seja recuperada em até 48 meses, sem ocorrência de perdas.

A Companhia também possui em 30 de setembro de 2018, valores de créditos do Programa de Integração Social (PIS) no montante de R\$ 1.287 (R\$ 1.067 em 31 de dezembro de 2017), bem como da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) no montante de R\$ 5.930 (R\$ 4.912 em 31 de dezembro de 2017), gerados por compras do ativo para a construção da rede de distribuição de gás. Esses créditos estão sendo recuperados em observância à legislação vigente.

## 8 Ativo fiscal

	30/09/2018	31/12/2017
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - Antecipações	5.505	7.108
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Antecipações	-	2.498
	<u>9.606</u>	<u>9.606</u>

## 9 Imposto de renda e contribuição social

### a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia possui saldos de diferenças temporárias, no montante de R\$ 163.478 (R\$ 173.707 em 31 de dezembro de 2017), entre o lucro contábil e o lucro tributável, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados futuros elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.

Os créditos diferidos em função da redução ao valor contábil dos direitos de concessão, segundo regras tributárias, serão compensados pelo prazo do contrato de concessão.

O efeito decorrente dos prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias estão detalhados a seguir:

	30/09/2018	31/12/2017
<b>Diferenças temporárias dedutíveis (tributáveis), líquidas:</b>		
Provisão para redução do valor contábil dos direitos de concessão	38.329	40.885
Efeito do AVP do ativo intangível e do ativo financeiro	11.732	11.021
Provisão para créditos de liquidação duvidosas	3.164	3.252
Provisão para contingências	3.954	3.983
Outras diferenças tributáveis	<u>(1.597)</u>	<u>(80)</u>
Ativo fiscal diferido (reconhecido contabilmente)	<u>55.583</u>	<u>59.061</u>

**b. Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos**

A administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções de lucros.

Em 30 de setembro de 2018, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos é a seguinte:

<b>Ano de recuperação</b>	
2018	2.072
2019	3.462
2020	3.462
2021	3.462
2022	3.462
2023	3.462
Acima de 5 anos	36.201
	<hr/>
	55.583
	<hr/> <hr/>

**c. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

	<u>01/07/2018 a</u> <u>30/09/2018</u>	<u>01/01/2018 a</u> <u>30/09/2018</u>	<u>01/07/2017 a</u> <u>30/09/2017</u> (Não revisado)	<u>01/01/2017 a</u> <u>30/09/2017</u> (Não revisado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.611	47.152	21.586	50.226
Alíquota combinada - %	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(5.988)	(16.032)	(7.339)	(17.077)
Outros	<u>442</u>	<u>997</u>	<u>14</u>	<u>745</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período				
Corrente	(5.118)	(12.112)	(6.904)	(12.472)
Diferido	<u>(887)</u>	<u>(3.478)</u>	<u>(421)</u>	<u>(3.860)</u>
	(6.005)	(15.589)	(7.325)	(16.332)
Alíquota efetiva - %	34	33	34	33

**10 Créditos nas operações de aquisição de gás**

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
Créditos nas operações de aquisição de gás	<u>20.786</u>	<u>32.922</u>
	<u>20.786</u>	<u>32.922</u>

A movimentação dos créditos nas operações de aquisição de gás em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é composta conforme segue:

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício	32.922	53.797
Compensações	(17.080)	(24.296)
Atualizações	<u>4.944</u>	<u>3.421</u>
Saldo no final do exercício	<u>20.786</u>	<u>32.922</u>

O contrato firme inflexível de compra de gás natural, firmado com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, estabelece compromisso de retirada de volumes de gás natural fixado em um percentual da quantidade de volume contratado.

## 11 Bens da concessão indenizáveis

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Servidão de passagem	7.455	6.748
Terrenos	463	421
Redes	31.825	26.103
Edificações	1.266	1.153
Estações	858	615
Outros	1.404	1.074
	<u>43.271</u>	<u>36.114</u>

Referem-se a ativos que serão revertidos para o poder concedente ao final do contrato de concessão, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devida, observados os valores contábeis e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado.

Estes ativos estão descontados a valor presente no reconhecimento inicial a uma taxa média de 10,05% ao ano. Esta taxa tem como base Nota Técnica do órgão regulador (ARSESP), que objetiva apresentar a taxa do custo médio ponderado de capital (WACC) a ser aplicado no cálculo das tarifas. Considerando que a expansão, operação e manutenção das redes se financiam com capitais próprios, a Administração entende como prudente a utilização da taxa WACC regulatória como fator de desconto para os bens a serem indenizáveis ao final do Contrato de Concessão.

Abaixo apresentamos a movimentação dos bens da concessão indenizáveis:

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo líquido no início do exercício	36.114	26.368
Adições - Transferência do ativo intangível (bifurcação) - Nota 13	3.432	6.225
Estorno/Baixas	-36	-4
Realização do ajuste a valor presente (AVP) - Nota 21	3.761	3.525
	<u>43.271</u>	<u>36.114</u>

## 12 Imobilizado

	Urbanização e benfeitorias	Equipamentos de informática	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	2.447	341	2.788
(+) Transferências do intangível		821	821
Depreciação	<u>(389)</u>	<u>(235)</u>	<u>(624)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b><u>2.058</u></b>	<b><u>927</u></b>	<b><u>2.985</u></b>
Custo total	4.277	1.833	6.110
Depreciação acumulada	<u>(2.219)</u>	<u>(906)</u>	<u>(3.125)</u>
<b>Valor Residual</b>	<b><u>2.058</u></b>	<b><u>927</u></b>	<b><u>2.985</u></b>
Depreciação	<u>(290)</u>	<u>(254)</u>	<u>(544)</u>
<b>Saldo em 30 de setembro de 2018</b>	<b><u>1.768</u></b>	<b><u>673</u></b>	<b><u>2.441</u></b>
Custo total	4.277	1.833	6.110
Depreciação acumulada	<u>(2.509)</u>	<u>(1.160)</u>	<u>(3.669)</u>
<b>Valor Residual</b>	<b><u>1.768</u></b>	<b><u>673</u></b>	<b><u>2.441</u></b>
Taxa de depreciação	5%	20%	

## 13 Intangível

	<b>Redes</b>	<b>Software</b>	<b>Fibra ótica</b>	<b>Conjunto de regulagem e medição</b>	<b>Estações</b>	<b>Terrenos</b>	<b>Contrato de concessão</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
Saldos em 1º de janeiro de 2017	233.410	2.997	4.962	5.129	4.919	1.108	2.088	29.046	283.659
Aquisições	15.377	253	3	357	985	2	-	2.493	19.470
(-) Transferência para bens da concessão indenizáveis	(3.127)	-	(90)	(164)	(81)	(29)	-	(2.734)	(6.225)
(-) Transferência para o imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	(821)	(821)
(-) Amortização da contrapartida dos bens da concessão indenizáveis	(6.508)	-	(30)	(28)	(115)	(83)	-	(405)	(7.169)
(-) Baixas	(10)	-	-	-	-	-	-	-	(10)
Amortização	(10.761)	(1.071)	(373)	(372)	(287)	-	(161)	(1.502)	(14.527)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>228.381</b>	<b>2.179</b>	<b>4.472</b>	<b>4.922</b>	<b>5.421</b>	<b>998</b>	<b>1.927</b>	<b>26.077</b>	<b>274.377</b>
Total do custo	318.170	12.734	8.052	8.502	8.231	998	8.345	44.682	409.715
Amortização acumulada	(89.789)	(10.555)	(3.580)	(3.580)	(2.810)	-	(6.418)	(18.605)	(135.338)
<b>Valor residual</b>	<b>228.381</b>	<b>2.179</b>	<b>4.472</b>	<b>4.922</b>	<b>5.421</b>	<b>998</b>	<b>1.927</b>	<b>26.077</b>	<b>274.377</b>
Aquisições	4.179	527	46	928	248	1	-	9.249	15.179
(-) Transferência para bens da concessão indenizáveis	(4.688)	-	(71)	(366)	(201)	(62)	-	(3.895)	(9.284)
(-) Amortização da contrapartida dos bens da concessão indenizáveis	(8.592)	(483)	(272)	(293)	(233)	-	(121)	(1.059)	(11.052)
(-) Baixas	(190)	(673)	(277)	-	(98)	-	-	(3.512)	(4.750)
(-) Estorno da Provisão para impairment do intangível	-	-	-	-	-	-	-	482	482
(-) Baixas da amortização	88	673	157	-	52	-	-	3.361	4.331
<b>Saldos em 30 de setembro de 2018</b>	<b>219.179</b>	<b>2.222</b>	<b>4.055</b>	<b>5.192</b>	<b>5.189</b>	<b>937</b>	<b>1.807</b>	<b>30.702</b>	<b>269.283</b>
Total do custo	317.471	12.589	7.750	9.065	8.180	937	8.345	47.005	411.342
Amortização acumulada	(98.293)	(10.366)	(3.695)	(3.873)	(2.991)	-	(6.538)	(16.303)	(142.059)
<b>Valor residual</b>	<b>219.179</b>	<b>2.222</b>	<b>4.055</b>	<b>5.192</b>	<b>5.189</b>	<b>937</b>	<b>1.807</b>	<b>30.702</b>	<b>269.283</b>

Durante o período findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia não identificou indícios ou mudanças significativas nos cenários econômicos, operacionais ou tecnológicos que pudessem indicar a deteriorização, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Com base nas análises efetuadas, os efeitos foram devidamente refletidos nas demonstrações financeiras de acordo com o julgamento da administração. A rubrica “Outros” refere-se, substancialmente, a equipamentos para investimento na rede de distribuição.

## 14 Fornecedores

Refere-se basicamente ao contrato firmado pela aquisição de gás natural, empreiteiras e fornecedores de tubulações, destinados à construção de gasodutos e está composto como segue:

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Partes relacionadas		
PETROBRAS - fornecimento de gás	30.920	22.383
Terceiros		
Materiais e serviços	10.238	4.396
Outros	456	410
	<u>41.614</u>	<u>27.189</u>

A Petroleo Brasileiro S.A. Petrobras é a única fornecedora de gás natural da Companhia.

## 15 Impostos e contribuições a recolher

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços (ICMS)	7.108	6.900
Imposto de renda retido na fonte sobre Juros sobre capital próprio a recolher	-	4.200
Programa de Integração Social (PIS)	237	209
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	1.095	966
INSS retido na fonte a recolher	88	107
Outros impostos e contribuições retidos a recolher	1.969	241
	<u>10.497</u>	<u>12.623</u>



## 16 Provisão para contingências

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Contingência ARSESP - 3º Aditivo			7.003	7.003
Contingência ARSESP - TRCF	1.520	1.520	1.117	1.117
Processos fiscais	-	-	2.293	2.236
Processos trabalhistas	1.363	1.282	1.216	1.358
	<u>2.883</u>	<u>2.802</u>	<u>11.629</u>	<u>11.714</u>

A movimentação da provisão em 30 de setembro de 2018 e 2017 é composta conforme segue:

	30/09/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	11.714	11.591
Adições de novos processos	-	-
Pagamentos/reversões	(142)	(5)
Atualizações	57	128
Saldo no final do exercício	<u>11.629</u>	<u>11.714</u>

Adicionalmente, a Companhia está se defendendo de ações de natureza cível, envolvendo valores totais de R\$ 5.590 em 30 de setembro de 2018 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 3.305), classificados pela administração como de riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não foi constituída provisão de perdas.

## 17 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 30 de setembro de 2018, o capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 462.481.205 ações ordinárias nominativas, no montante de R\$ 462.481, sendo 100% pertencentes à Petrobras Gás S.A. - Gaspetro.

### b. Reservas de lucros

A Reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não excede 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

### c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme estatuto social da Companhia é assegurado aos Acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, o qual considera juros sobre capital próprio em sua composição.

## 18 Partes relacionadas

### a. Transações entre partes relacionadas

Os saldos de transações com partes relacionadas nos períodos estão demonstrados a seguir:

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
<b>Venda de gás</b>		
Petrobras Distribuidora S.A. (i)	2.292	3.016
<b>Compra de gás</b>		
Petroleo Brasileiro S.A. (ii)	277.765	270.271
<b>Funcionários cedidos</b>		
Petroleo Brasileiro S.A. (iii)	730	710
Petrobras S.A. - Gaspetro (iii)	770	932
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. (iii)	430	234

As transações são efetuadas com base em termos e condições comerciais normais ao mercado.

- (i) As vendas realizadas para a Petrobras Distribuidora S.A. referem-se ao fornecimento de Gás Natural Veicular (GNV). A totalidade deste saldo foi recebida até 30 de setembro de 2018.
- (ii) Conforme mencionado na Nota 14, as compras referem-se ao gás natural adquirido integralmente da Petróleo Brasileiro S.A.
- (iii) Mensalmente a Companhia realiza o reembolso de pessoal por meio de nota de débito.

### b. Remuneração do pessoal-chave da administração e do Conselho Fiscal

O pessoal-chave da administração inclui os Conselheiros de Administração, Diretor-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor Técnico-Comercial. A remuneração para esses membros, somada à remuneração dos Conselheiros Fiscais, totalizou nos períodos R\$ 1.382 (30 de setembro 2017 R\$ 1.347).

## 19 Receita de vendas

	<b>01/07/2018 a 30/09/2018</b>	<b>01/01/2018 a 30/09/2018</b>	<b>01/07/2017 a 30/09/2017 (Não revisado)</b>	<b>01/01/2017 a 30/09/2017 (Não revisado)</b>
<b>Receita operacional bruta</b>				
Receita pela venda de gás	159.347	406.465	137.919	349.425
Receita pela prestação de serviço	5	8	5	19
Receita de construção de infraestrutura	9.910	15.179	6.348	15.821
<b>Deduções</b>				
ICMS	(23.667)	(60.963)	(20.713)	(49.344)
PIS	(2.629)	(6.707)	(2.276)	(5.766)
COFINS	(12.111)	(30.892)	(10.482)	(26.558)
	<u>130.854</u>	<u>323.090</u>	<u>110.801</u>	<u>283.598</u>

## 20 Despesas por natureza

	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017 (Não revisado)	01/01/2017 a 30/09/2017 (Não revisado)
<b>Custo das vendas</b>				
Custo do gás	92.414	227.891	71.591	185.519
Custo de construção de infraestrutura	9.910	15.179	6.348	15.821
Pessoal	1.794	5.102	1.680	5.049
Serviços de terceiros	1.412	3.609	1.378	4.621
Utilidades e ocupação	63	207	59	197
Despesas gerais	(76)	(442)	401	987
Arrendamento e alugueis	273	811	324	979
Depreciação e amortização	<u>5.750</u>	<u>16.903</u>	<u>5.551</u>	<u>16.060</u>
	<u>111.539</u>	<u>269.259</u>	<u>87.333</u>	<u>229.231</u>
<b>Despesas comerciais</b>				
Pessoal	1.007	2.837	893	2.613
Serviços de terceiros	1.509	3.951	1.325	3.409
Provisões (reversões)	15	(210)	(113)	(359)
Arrendamento e alugueis	204	611	233	704
Depreciação	-	-	-	-
Utilidades e ocupação	68	221	60	216
Despesas gerais	76	204	45	175
Outras	<u>56</u>	<u>123</u>	<u>26</u>	<u>89</u>
	<u>2.935</u>	<u>7.738</u>	<u>2.469</u>	<u>6.848</u>
<b>Despesas administrativas</b>				
Pessoal	2.573	7.277	2.087	6.276
Administradores	464	1.382	452	1.347
Serviços de terceiros	568	1.397	458	1.456
Utilidades e ocupação	462	1.422	386	1.469
Despesas gerais	357	778	267	597

Arrendamento e alugueis	229	716	286	775
Provisão contrato de suprimentos de gás (penalidade)	114	249	18	(37)
Taxa de fiscalização	449	1.346	413	1.238
Depreciação	181	544	182	442
Outras	<u>206</u>	<u>257</u>	<u>1</u>	<u>156</u>
	<u>5.603</u>	<u>15.368</u>	<u>4.549</u>	<u>13.719</u>

## 21 Resultado financeiro

	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017 (Não revisado)	01/01/2017 a 30/09/2017 (Não revisado)
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros	(75)	(321)	(81)	(314)
Atualização monetária das contingências	<u>(25)</u>	<u>85</u>	<u>(26)</u>	<u>(102)</u>
	<u>(100)</u>	<u>(237)</u>	<u>(107)</u>	<u>(416)</u>
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimento de aplicação financeira	1.318	4.058	1.965	6.116
Ajuste a valor presente do ativo financeiro	<u>1.296</u>	<u>3.761</u>	<u>897</u>	<u>2.815</u>
	<u>2.614</u>	<u>7.819</u>	<u>2.862</u>	<u>8.932</u>
<b>Variações cambiais líquidas</b>				
Variações monetárias ativas – Compra de gás	4.176	8.925	2.470	8.603
Variações monetárias passivas – Compra de gás	<u>-</u>	<u>(484)</u>	<u>-</u>	<u>(824)</u>
	<u>4.176</u>	<u>8.442</u>	<u>2.470</u>	<u>7.778</u>

## 22 Compromissos

### a. Compromisso de compra de gás natural

A Companhia tem firmado com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, o contrato firme inflexível de compra de gás natural que estabelece compromisso de retirada de volumes de gás natural fixado em um percentual da quantidade de volume contratado conforme mencionado nas Notas 14, 18 e 22.

### b. Aluguéis

A Companhia mantém contratos de locação de imóveis urbanos junto a terceiros, que inclui sua sede administrativa, com prazos de duração entre 24 a 120 meses, com vencimento final em 31 de janeiro de 2022. As parcelas são corrigidas anualmente pelo IGP-M e o valor contratado junto aos terceiros em 30 de setembro de 2018 é de R\$ 2.940.

## 23 Custo do gás a recuperar

A Companhia possui, em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, saldo a recuperar, decorrentes das diferenças entre o custo do gás incluso na tarifa cobrada do usuário e o custo efetivo do gás pago ao supridor (em função de diferenças temporais no repasse dos custos na atualização de tarifas). Os valores que compõem este saldo foram calculados de acordo com as premissas determinadas no contrato de concessão e foram objeto de revisão pelo órgão regulador.

Sua recuperação é determinada pelo órgão regulador por ocasião da atualização da tarifa, que ocorre ordinariamente no aniversário da concessão ou extraordinariamente, mediante negociação entre a Concessionária e a ARSESP, caso o valor acumulado ultrapasse os valores previamente determinados.

Embora este saldo seja considerado como direito da Companhia perante o órgão regulador, o mesmo não estão sendo considerado como ativo financeiro no balanço patrimonial da Companhia devido às disposições contidas nos pronunciamentos e interpretações contábeis vigentes no Brasil, visto que sua realização depende substancialmente de consumo futuro pelos clientes do volume de gás projetado para o período considerado na atualização da tarifa.

	30/09/2018	31/12/2017
Custo do gás a recuperar - Não auditado	<u>20.942</u>	<u>8.330</u>

#### (i) Resultado Normalizado

Abaixo o efeito contábil do resultado normalizado, caso o saldo a recuperar, decorrentes das diferenças entre o custo do gás incluso na tarifa cobrada do usuário e o custo efetivo do gás pago ao supridor fosse contabilizado:

	30/09/2018	30/09/2017
Lucro	31.562	33.894
Efeito do Custo do gás a recuperar	<u>20.942</u>	<u>6.079</u>
<b>Resultado Normalizado</b>	<b><u>52.504</u></b>	<b><u>39.973</u></b>

## 24 Cobertura de seguros

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia apresentava a seguinte apólice de seguro:

Ramos	Limite Máximo de Indenização
Riscos Operacionais	6.917

## 25 Lucro por ação

### a. Básico

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017 (Não revisado)	01/01/2017 a 30/09/2017 (Não revisado)
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	11.607	31.562	14.260	33.894
Média ponderada do número de ações ordinárias no exercício (lotes de mil)	<u>462.481</u>	<u>462.481</u>	<u>462.481</u>	<u>462.481</u>

Lucro básico e diluído por ação -  
em reais

0,03

0,07

0,03

0,07

**b. Diluído**

A Companhia não possui nenhum instrumento com o efeito diluidor sobre o resultado por ação.

\* \* \*

**Composição da Diretoria**

Walter Fernando Piazza Junior  
Cláudio José de Almeida Camargos  
Paulo Virginio Teixeira de Lucena

**Contador**

Paulo França dos Santos  
CRC 1SP201480/O-7